

MERCADO DE SEGUROS

Setor espera por normas mais flexíveis e novos produtos para 2017

Sobre o universo do seguro, o governo exerce um austero controle regulatório, sem considerar duas variantes: os danos que as regras podem causar no setor e a sua rigidez. São “desvios” que têm correção. O Presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (Cnseg), Marcio Serôa de Araújo Coriolano, vai direto ao ponto, ao defender que os órgãos de supervisão introduzam a Análise de Impacto Regulatório (AIR), para medir a relação custo-benefício da norma antes da edição, e a flexibilidade normativa, para possibilitar a criação de produtos ajustados a cenários em transformação imposta pela crise econômica.

O setor de seguro é um dos mais regulamentados no Brasil, ao exigir que haja um relacionamento sistemático com o governo. A implantação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) facilitaria esse diálogo, até mesmo para evitar que a tomada de decisão cause desequilíbrios?

O objetivo é esse. Não há dúvida de que o setor exige regras conservadoras. Ocorre que o “apetite” do órgão regulador precisa ser equilibrado, o que não se observa, por exemplo, no segmento da saúde suplementar. A AIR é ferramenta que pode evitar o desarranjo nas relações econômicas do setor, sendo um conjunto de procedimentos adotado pelo órgão regulador, que permite avaliar previamente as consequências e o risco regulatório antes da tomada de decisão.

Se a AIR é ferramenta que ajuda a tomada de decisão das instituições de governo, a sugestão é que os órgãos de supervisão do sistema de seguros privados (Susep) e da saúde suplementar (ANS) montem seu programa?

Nossa demanda é essa. A ANS já tem ensaiado movimentos nessa direção, debatendo com os atores do mercado procedimentos que estão gerando impasse no âmbito regulatório. Este é o primeiro passo. Espero que venham outros mais adiante.

O programa de análise significa medir consequências, em uma relação custo-benefício do ato regulatório?

Exatamente. São submetidas à aprovação apenas as regras que produzem mais benefícios que custos. Mercados mais avançados, como o britânico, norte-americano e de países da União Europeia, já utilizam programas de análise regulatória. Entre outras vantagens, a AIR consolida as justificativas dos especialistas para a adoção de uma determinada alternativa regulatória em detrimento de outras, incentiva a análise criteriosa dos objetivos a serem alcançados pela regulação proposta e elucida os *gaps* de informação e as áreas que carecem de pesquisas adicionais.

O conjunto de procedimentos que orientam a AIR, pela sua importância, deve ir à consulta pública antes de adotado?

Vou além da consulta pública. É matéria que deve ser tratada em lei, estabelecendo-se os elementos mínimos para nortear os órgãos de governo na montagem de seus programas. A AIR é garantia importantíssima não só para evitar regras que causem danos ao setor, mas também aquelas que não podem ser cumpridas.

Então o Congresso deveria, então, tomar a iniciativa a apresentar projeto de lei (PL) prevendo a adoção da análise prévia do custo-benefício da regulação econômica?

Na Câmara já tramita o PL nº 1.539/15, do deputado federal Eros Biondini, que torna a AIR obrigatória no âmbito da administração federal. O ideal é que o projeto fosse modificado para abranger também órgãos como a Susep e o Banco Central. O normativo proposto enquadra apenas as agências reguladoras. Já ao PL nº 5.442/13 (apensado ao PL nº 2.760/03) seria importante propor emenda incluindo a AIR expressamente no processo de decisão regulatória. Esse PL dispõe sobre gestão, organização e controle social das agências.

O processo de gestão de riscos regulatórios deve considerar também que há bilhões de reais de terceiros em jogo administrados pelo setor de seguros?

Sim. Exemplo: a Susep estuda atualizar as regras de patrimônio líquido, seguindo padrões internacionais. São novas exigências que o atual cenário de adversidades desaconselha. A economia permanece volátil com o comportamento do PIB (Produto Interno Bruto), da inflação, das taxas de juros já exercendo um forte impacto na constituição das reservas técnicas. Isso também é proteção ao consumidor e deve fazer parte da AIR. Veja, o que está em jogo são ativos administrados pelo setor que devem chegar a marca histórica de R\$ 1 trilhão na virada do ano.

O seguro popular de auto é pleito antigo, viabilizado agora pela Lei do Desmanche e pela autorização do uso de peças similares. Que outros projetos o setor tem em pauta aguardando o sinal verde do governo e do Legislativo?

O seguro de vida universal é um deles e se enquadra no princípio do regramento flexível. O produto, em estudo na Susep, é uma combinação de seguro de vida (cobertura de risco) com plano de acumulação, transformado em pecúlio ou renda. Ao longo do tempo, o segurado poderia migrar de um para outro, possibilitando que ele, por exemplo, use a poupança para aumentar a importância segurada, e vice-versa. Outro projeto em análise é o PrevSaúde, cuja criação já foi aprovada pela Câmara dos Deputados. O produto, que também é de capitalização, vai permitir que o trabalhador brasileiro utilize as reservas acumuladas para custear a saúde na aposentadoria.

A contração da economia, aliás, segundo Marcio Coriolano, tem demonstrado a resiliência do setor, embora não em todas as suas áreas de negócios. O setor deve fechar o ano crescendo pelo menos 8%, em meio a um PIB com projeção de recuar 3,5%. Ele vislumbra 2017 com mais otimismo e espera ver retomada a confiança do setor produtivo, além de avanços no seguro-garantia, com a aprovação da nova Lei das Licitações, implementos no seguro rural, reestruturado, e na previdência complementar, com a reforma da Previdência Social, e espera de receber sinal verde para projetos, como o PrevSaúde e o seguro de vida universal.



Divulgação



A ideia é, se você facilita o bolso, a pessoa vai ao mercado comprar proteção porque há essa necessidade. Para a atividade de seguros, a saída está na flexibilização das normas. O importante é criar condições para que o mercado dê respostas às demandas afetadas por dificuldades conjunturais. Essa é a forma de ajudar essas pessoas.

Marcio Serôa de Araújo Coriolano

Presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (Cnseg)

Com o recuo da economia, que deve fechar o ano em torno de 3,5% negativos, o mercado de seguros sentiu os efeitos desta contração?

Sentiu. Depois de crescer dois dígitos em 2015 (10,3%, sem o ramo saúde), o mercado começou 2016 em ritmo de desaceleração. As vendas subiram apenas 3,6% no primeiro trimestre, ante igual período do exercício anterior. Foi um susto, embora a crise já vinha mostrando os dentes. A reação inicial só veio no encerramento do segundo trimestre – alta de 8,8% – e se consolidou como tendência apenas em fins de setembro, quando o terceiro trimestre fechou com expansão de 8,7%.

Que balanço o senhor faz de 2016, com foco nos ramos de seguros que mais se destacaram?

Vamos encerrar o ano crescendo pelo menos 8%, com receita de prêmios acima de R\$ 395 bilhões. Embora abaixo de 2015, é um bom crescimento diante de uma economia em recessão. Neste ano, avanço expressivo foi observado no ramo rural, que deve superar dois dígitos. Outro comportamento relevante foi o do seguro de vida individual: alta perto de 28%. Em menor escala, o seguro residencial também tem reagido à crise. Já o VGBL puxou todos os trimestres e deve terminar o ano crescendo próximo a 20%.

A que o senhor atribui o crescimento desses ramos de seguros?

Tem a ver com a necessidade das pessoas. Mesmo em momentos muito difíceis, elas se esforçam para manter protegida, principalmente a família, a vida, a residência, a saúde. Embora tenha mostrado resiliência em várias áreas, o bom desempenho não foi geral. O seguro de veículos, por exemplo, foi impactado pela forte retração da indústria automobilística.

A saúde suplementar também perdeu espaço este ano, afetada pelo recuo da produção industrial, de quase 8% até outubro?

Sim. A perda de beneficiários representa a mais de 1,7 milhão, grande parte dos planos empresariais. Mas é um número até pe-

queno se comparado com o que está acontecendo na economia brasileira. A taxa de desemprego no país está em alta – chegou a 11,8% no trimestre encerrado em outubro, com 12 milhões de pessoas desocupadas – e a renda está em baixa – caiu no mesmo período 1,3%.

O que pode ser feito para amenizar no setor os efeitos oriundos das dificuldades que o país atravessa hoje?

A ideia é: se você facilita o bolso, a pessoa vai ao mercado comprar proteção porque há essa necessidade. Para a atividade de seguros, a saída está na flexibilização das normas. O importante é criar condições para que o mercado dê respostas às demandas afetadas por dificuldades conjunturais. Essa é a forma de ajudar essas pessoas. Como o país atravessa uma grave crise, produtos e serviços devem ajustar-se a essa realidade e o normativo não pode ser um impedimento. O seguro popular de automóvel é um exemplo. A introdução de regras mais maleáveis está permitindo que o produto chegue ao mercado a preços mais acessíveis para atender às pessoas que possuem veículos com mais de cinco anos de uso, e que hoje não têm acesso ao seguro tradicional. O setor necessita ter regras prudenciais, mas também um normativo que possa estimular o mercado.

O que o mercado de seguros pode esperar de 2017 diante de um cenário econômico ainda fragilizado?

Vejo com mais otimismo. Mas espero, primeiramente, a retomada da confiança. O setor é dependente do nível de emprego e da renda. Uma rápida recuperação do mercado de trabalho favoreceria ramos como o da saúde. Já o aumento da renda beneficiaria os seguros de automóvel, residencial, entre outros. Esperamos também que a reforma da Previdência Social seja aprovada, com seus reflexos na previdência complementar. Outro tema relevante que gera expectativa é a revisão da Lei das Licitações. A regulamentação proposta é favorável ao seguro-garantia, ao prever a garantia de 30% do valor das obras de vulto. A reestruturação do seguro rural é igualmente aguardada com ansiedade. Todas essas mudanças, uma vez aprovadas, influirão significativamente no comportamento do setor em 2017.